

política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Fim da 6x1 exige equilíbrio



MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO/JC

O Senado entra numa discussão que não pode ser conduzida apenas pela pressão eleitoral. A PEC que prevê o fim da escala 6x1 mexe diretamente com a vida de milhões de trabalhadores, mas também com os custos, produtividade e sobrevivência de milhares de empresas. Por isso, precisa ser tratada como uma reforma do trabalho, e não como disputa entre patrões e empregados.

Benefícios para a qualidade de vida

Para o trabalhador, os argumentos são fortes. Dois dias de descanso representam mais convivência familiar, possibilidade de qualificação profissional e melhores condições físicas e emocionais. A redução da jornada de 44 para 40 horas, sem diminuição salarial, pode ainda estimular empresas a buscar produtividade pela tecnologia, gestão e qualificação, em vez de depender de jornadas prolongadas.

Desafios e custos para as empresas

Do outro lado está uma conta que o Congresso não pode ignorar. Comércio, restaurantes, hotéis, hospitais, supermercados e pequenas empresas precisam funcionar seis ou sete dias por semana. Se a mudança exigir novas contratações sem ganhos correspondentes de produtividade, o aumento de custos poderá ser repassado aos preços, reduzir investimentos ou, no pior cenário, estimular a informalidade e o fechamento de postos de trabalho.

Busca por transição e consenso

É justamente aí que o debate precisa amadurecer. Nem preservar indefinidamente uma jornada desgastante, nem simplesmente transferir toda a conta da mudança para quem emprega. Uma legislação equilibrada deve prever transição, negociação coletiva, atenção às diferenças entre setores e, tratamento adequado às pequenas empresas. O trabalhador precisa descansar mais, e a empresa precisa continuar competitiva sem que o avanço social produza consequências econômicas indesejadas.

Senado terá forte renovação

As eleições de outubro vão gerar uma das mais importantes mudanças recentes na composição do Senado. Dos 54 parlamentares que ocupam as cadeiras em disputa, 13 não concorrem a nenhum cargo e deixarão a Casa em 2027. Outros nove disputam diferentes postos ou concorrem como suplentes. Apenas 32 tentam permanecer no Senado. Isso significa que pelo menos 22 dos atuais ocupantes dessas vagas não estarão como titulares na próxima legislatura – número que poderá aumentar com o resultado das urnas.

O papel institucional da casa

A renovação merece atenção, principalmente porque o Senado exerce papel decisivo no equilíbrio institucional brasileiro. Cabe à casa revisar projetos aprovados pela Câmara, analisar emendas à Constituição, aprovar autoridades e julgar processos de impeachment, além de representar igualmente os estados e o Distrito Federal.

Lula e Flávio Bolsonaro vêm ao Rio Grande do Sul

Petista fará comício na Capital, e candidato do PL visitará a Expointer



Bolívar Cavalari

bolivarc@jcrs.com.br

Os dois candidatos mais bem colocados nas pesquisas de intenção de voto na corrida ao Palácio do Planalto, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e o senador Flávio Bolsonaro (PL), cumprem agenda nos próximos dias no Rio Grande do Sul. Na sexta-feira, Lula participará de um comício da coligação Com o Povo, liderada pela candidata ao Piratini, Juliana Brizola (PDT). A informação foi confirmada pelo candidato a vice-governador na chapa, Edgar Pretto (PT), e por Paulo Pi-

menta (PT), que disputa uma das vagas ao Senado.

Ainda não há informações definitivas sobre local e horário, mas a previsão é que o evento ocorra no final da tarde. Esta será a primeira agenda eleitoral em 2026 de Lula no Rio Grande do Sul desde o início oficial da campanha, em 16 de agosto.

O presidente participou das articulações que levaram o PT a se aliar com o PDT pela primeira vez na história das eleições gaúchas desde a redemocratização, em 1985. Durante meses, os partidos negociaram esta parceria, mas a disputa era pela cabeça de chapa, reivindicada tanto por Pretto quanto por Juliana. Apesar de muitos petistas gaúchos defenderem, à época, candidatura própria, a executiva nacional da legenda interveio e exigiu a aliança com a neta

de Leonel Brizola no Estado.

O senador Flávio Bolsonaro virá ao Rio Grande do Sul no dia 2 de setembro, uma quarta-feira, para visitar a Expointer, no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio. O presidencialista participará de agendas com a coligação liderada pelo candidato ao governo gaúcho pelo PL, o deputado federal Luciano Zucco.

A informação da vinda de Flávio Bolsonaro ao Estado foi confirmada pela equipe de Zucco. A agenda completa deve ser informada até esta quarta-feira, uma semana antes da data em que está prevista a visita. Além da visita à Expointer, o presidencialista deve visitar Porto Alegre. Esta será a primeira vinda do candidato ao Planalto desde o início oficial da campanha eleitoral, em 16 de agosto.

Ausente, presidente vira principal alvo de ataques

REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS/JC

Mesmo sem comparecer ao primeiro confronto entre presidencialistas nas eleições de 2026, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se tornou o principal alvo dos ataques de Ronaldo Caiado (PSD), Augusto Cury (Avante) e Renan Santos (Missão) no debate deste domingo à noite (foto), promovido por Band e Estadão, com parceria de TV Cultura, Gazeta e Jovem Pan. Flávio Bolsonaro (PL), que faltou por receio de se tornar o foco de críticas dos adversários, ficou relegado a segundo plano, sendo mais lembrado no último bloco por seus ligações com o banqueiro Daniel Vorcaro e o filme "Dark Horse", sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Já Romeu Zema, presidencialista do Novo que comunicou que não participaria neste domingo, foi ignorado



pelos rivais. Nos bastidores, alguns viram a ausência como um sinal de que ele não levaria a candidatura adiante. O pré-debate já dava indícios do tom que seria adotado durante o confronto. Renan Santos chegou com duas fraldas com no-

mes de Flávio e Lula e chamando ambos de criminosos. Caiado também criticou a ausência dos rivais, que lideram as pesquisas eleitorais. Cury, por sua vez, protagonizou um vaivém, desistindo de participar e, em seguida, desistindo de desistir.

TRE-SP nega recurso de Marçal e mantém inelegibilidade

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP), José Antonio Encinas Manfré, decidiu pela inadmissão de recurso especial eleitoral apresentado pelo candidato à presidência Pablo Marçal e, portanto, manteve sua inelegibilidade até 2032.

A decisão, proferida na última sexta-feira, manteve também a multa de R\$ 420 mil.

Ex-candidato a prefeito de São Paulo, Marçal foi condenado por uso indevido dos meios de comunicação durante a campanha de 2024.

Na mesma decisão, o TRE-SP negou ainda um recurso do Ministério Público Eleitoral (MPE), referente à parte da decisão colegiada que havia afastado a condenação do candidato por captação e gas-

tos ilícitos de recursos e por abuso de poder econômico.

De um lado, a prática ilícita configura o uso indevido dos meios de comunicação social, mas, por outro, a prova amealhada nos autos não autoriza a condenação do recorrente por abuso de poder econômico, escreveu o magistrado, ao citar decisão já proferida pelo tribunal.